

HABEAS CORPUS Nº 570.195 - SP (2020/0078584-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : GILSON LOPES BUENO DE MORAES E OUTRO
ADVOGADOS : FERNANDO FROLLINI - SP168674
GILSON LOPES BUENO DE MORAES - SP406795
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AUGUSTO FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AUGUSTO FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 35 e 40, III, IV e VI, da Lei n. 11.343/06.

Narra o *writ* que o paciente foi preso em 25/11/2016 e depois em 8/2/2017, voltando a ser custodiado em 23/7/2019. Relata que "O Egrégio Supremo Tribunal Federal reconheceu, em recente decisão de fls. 5635/5639, excesso de prazo para formação da culpa em favor de um dos corréus – acusado Boanerges Correia Guedes, haja vista que se encontrava preso por pouco mais de 2 (dois) anos." (fl. 4).

Alega que a situação processual do paciente é semelhante ao do corréu supracitado.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar ao paciente pugnando pela extensão da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal que reconheceu o excesso de prazo em favor de um corréu, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, ou "subsidiariamente requer o reconhecimento do excesso de prazo na formação da culpa para que o Paciente possa responder em liberdade e aguardando em liberdade o trânsito em julgado da Ação Penal, inclusive, considerando a Recomendação nº 62, do Conselho Nacional de Justiça, editada em razão da pandemia de COVID-19. (fl. 6).

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

Superior Tribunal de Justiça

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente